

Identidade Escrava: A Revolta de 1789 no Engenho de Santana

DAGSON JOSE BORGES SANTOS ¹

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade discutir sobre o conceito de uma Identidade Escrava construída a partir da experiência do cativo. Para tanto, analisa a revolta escrava do Engenho de Santana, ocorrida em 1789, na qual os cativos elaboram uma carta e fazem uma série de reivindicações ao seu senhor. Nesse documento, expressam suas solidariedades e rivalidades dentro do sistema escravista.

PALAVRAS CHAVE: Escravidão; Identidade Escrava; Ilhéus

Debates historiográficos recentes questionam a formação de identidades e comunidades africanas em território brasileiro. Esses estudos partem do pressuposto que, em virtude das rivalidades em suas terras de origem, as diferenças étnico-culturais dos africanos não ficavam suprimidas pela experiência do cativo. Além disso, a diferença entre negros nascidos no Brasil e os africanos recém chegados de várias regiões da África, afloravam rivalidades e táticas múltiplas de sobrevivência dentro do cativo; fragmentando assim a união entre os negros nas colônias do atlântico.

Muito se discute, sobre até que ponto os escravos resistiram e eram solidários entre si; como, estando em uma situação de sofrimento comum, diferenças étnico culturais fossem suprimidas em virtude de um mesmo objetivo; a liberdade. Por outro lado, observa-se que, mesmo em condições subalternas, diferenças culturais emergiam mais do que uma cooperação mútua entre os escravos.

A preocupação maior não era a criação de uma família ou uma comunidade escrava, e sim o desejo de conquista de liberdade individual. O cativo torna-se um lugar não de solidariedade, e sim de uma reunião forçada, onde as diferenças dos escravizados ali presentes se sobrepõem.

A escravidão já era praticada desde a Antiguidade, porém, com certas peculiaridades: apresentava-se como resultado de guerras ou de dívidas; como por exemplo, um escravo poderia ser um homem livre, vencido em uma batalha, ou aquele

¹ Mestrando no Mestrado Profissional em História – Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Bolsista CAPES.

que não tinha condições de pagar suas dívidas, sendo assim, escravizado até que o valor fosse pago. De modo igual como na Antiguidade, essa prática sempre existiu na África, principalmente como resultado de guerras tribais.

A escravidão transformada como base de um sistema de produção, e como peça chave de um comércio extremamente lucrativo dentro da época moderna, é uma construção europeia. É a introdução de um comércio transatlântico, com escravos capturados exclusivamente da África. A cor da pele torna-se o fator principal de diferenciação social.

Os portugueses conheciam as heterogeneidades étnico culturais africanas e, para afirmação de um novo modelo de escravidão, era necessário afirmar a diferença dentro da diversidade. O escravo passa a ser um produto valorizado dentro do continente Africano, a ponto de os próprios africanos organizarem expedições tribais para capturar escravos e vender aos europeus.

Durante os séculos XVI e XIX, os habitantes da África não se viam necessariamente como “negros”, muitos deles se viam como grupos diferenciados e até inimigos entre si. O termo “negro” é uma construção da população branca em relação ao outro. A construção do vocábulo aconteceu com a supressão de várias identidades étnicas locais dentro do continente africano. Até mesmo a noção de África como território homogêneo é uma construção advinda da Europa. Identidades e diferenças construídas para servirem de base ao sistema escravista que estava em andamento.

“ Por ora, registremos que a desconstrução da diversidade de etnias negras e das realidades culturais africanas, mergulhando-as dentro de uma grande raça localizada em um espaço geográfico único e imaginariamente homogêneo - e a simultânea visão desta parte da humanidade como “inferior”, ao mesmo tempo em que se encarava o continente africano como lugar exterior à “civilização” – tudo isso, juntamente com uma nova noção de “ escravo” constitui o fundo ideológico da montagem do sistema escravista no Brasil.” (BARROS, 2014, p.48)

Essa construção do negro nos moldes da escravidão moderna passava pela afirmação e desconstrução de certas identidades africanas, como por exemplo, a construção de identidades tribais com o intuito de rivalizar e incentivar guerras; obtendo mais escravos.

Quando enviado para o trabalho nas colônias, havia uma separação estratégica de escravos de mesmo grupo étnico cultural, ou com laços afetivos, misturando escravos; com o intuito de evitar que as identidades locais africanas fossem revividas no cativeiro e, conseqüentemente, evitando possíveis revoltas.

A descaracterização dos elementos culturais africanos e a homogeneização da ideia de negro, era a peça chave no processo. Há um deslocamento da ideia de escravidão, saindo do eixo da desigualdade cultural, para a diferença racial. Muitas comunidades tribais africanas foram igualladas, no imaginário ocidental, com o único aspecto que tinham em comum: a cor da pele.

“o negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como uma realidade única e monolítica, e, com o tempo, foi levado a enxergar a si mesmo também desta maneira. Perdidos os antigos padrões de identidade que existiam na África, o negro afro-brasileiro sentiu-se compelido a iniciar a aventura de construir para si uma nova identidade cultural, adaptando-a a própria cultura colonial. Com isso iram surgir novos padrões religiosos, diversidades alternativas sincréticas, uma nova arte e uma nova música, e tantas outras contribuições que já não são propriamente africanas”
(BARROS, 2014, p.48)

A estratégia de separar negros por etnia ou grupos linguísticos, é um recurso de separação por diferenças, para que o negro não se reconheça no outro. Essas heterogeneidades, mesmo existentes em lutas anteriores, é explorada estrategicamente pelos europeus, evitando o surgimento de comunicação e ajuda mútua entre os escravizados. A ideia é provocar uma perda de identidade étnica.

A língua já não mais representa seus valores de origem, mas suas qualificações para o trabalho; os negros passam a ser identificados segundo seus portos de origem: Cabinda, Quelimares, Minas, Benguelas, Benins. As relações de parentesco e organizações tribais são rompidas, evocando os lugares de partida para construção de mão de obra escravizada.

Os escravos nascidos no Brasil tinham certos privilégios em relação aos escravos recém chegados da África. Como já conheciam o território e a língua, os crioulos sabiam explorar melhor as possíveis brechas dentro do sistema em que estavam

inseridos. Muitas vezes, em situações conflituosas, ficavam do lado de seus senhores, contra os escravos recém-vindos.

Essa rivalidade entre os cativos poderia ser muito vantajosa para os senhores, já que, assim, estes estariam constantemente em guerras e não se uniriam contra a casa grande. Outra forma de minar a união e solidariedade na formação de uma comunidade escrava era a promoção de alguns escravos para certos cargos de comando dentro da senzala; criando assim uma hierarquia social e gerando mais conflitos.

Durante os séculos de escravidão, várias táticas foram utilizadas pelos senhores para maior controle dos cativos, como a permissão para cultivo de suas próprias roças. Frequentemente era destinado um dia da semana para que o escravo, cultivasse seu próprio alimento. Essa era uma das poucas oportunidades de os escravos adquirirem bens que não possuíssem, ou juntar dinheiro para possivelmente comprar sua liberdade. Essa estratégia não era uma regra geral, já que muitos senhores consideravam perigoso esse excesso de liberdade para com os cativos. Outros observavam com vantagem, uma vez que o escravo produzindo seu alimento, não haveria necessidade de alimentá-lo; ademais, essa liberdade dava maior permanência do escravo no engenho, facilitando assim o seu controle por parte do senhor. Além disso, ter sua própria roça motivava os escravos a trabalharem mais e em tempo hábil, já que poderiam trabalhar nela quando tivessem terminado o trabalho nas terras de seu senhor.

Vários são os incentivos por parte dos senhores para que houvesse uma maior produtividade nos engenhos. Os incentivos iam desde um pouco de cachaça, em alguns dias da semana; ou até mesmo, pagamentos com parte da produção, onde o cativos poderiam vender seus produtos.

A possibilidade de uma mobilidade social, também motivava os escravos a trabalharem mais e a serem disciplinados. Escravos em posições administrativas ou semi-administrativas criavam uma imagem de uma possível ascensão social dentro das senzalas, a possibilidade de alcançar tais posições, gerava uma esperança e aumentava a produtividade daqueles.

“Haveria mais dissensão e enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os escravos do que coesão, com muitos deles distanciando-se de seus pares, por meio de estratégias emprestadas pelos costumes brancos e com interesse na mobilidade social. Como consequência, os escravos que ganhassem

certos recursos não reconheceriam os demais como parceiros. Não haveria, portanto, uma comunidade escrava, já que um grande nível de conflito entre eles seria a regra, e hierarquias sociais se formariam dentro das senzalas, com alguns ocupando posições mais proeminentes do que outros” (FARIA, 2006, p.126)

Analisando o caso de Ilhéus, temos a evidência de vários dos pontos anteriormente mencionados. O Engenho de Santana surge de uma sesmaria doada pelo donatário da Capitania dos Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correa ao futuro Governador e Capitão-Geral do Brasil, Mem de Sá, em 1537. Durante séculos o engenho foi o centro econômico da capitania, despertando até mesmo a atenção de colonos de outras donatarias (SILVA, 1981, p.45)

No engenho de Santana o trabalho era dividido de acordo com a origem dos escravizados: africana, crioula ou mulata. Além disso, as funções eram de escravo de lavoura, de enxada, de roça e serra. Escravos domésticos recebiam um melhor tratamento e certos privilégios em relação a outros escravos.

Analisando a revolta escrava ocorrida no Engenho de Santana, em Ilhéus, são evidenciadas algumas características da escravidão, e também, o grau de diferenciação entre os próprios escravos.

Em 1789, um grupo de escravos matou o feitor e fugiu sob a liderança de Gregório Luís (mestiço de mulato e negro), provocando a paralização do engenho por dois anos. Até serem atacados por uma expedição militar, solicitada pelo dono do engenho, o Provedor da Casa da Moeda da Bahia, Manuel da Silva Ferreira. Diante disso, os escravos escreveram uma carta – um tratado de paz - objetivando uma negociação e a volta ao trabalho. Segue abaixo o documento escrito pelos escravos.

“Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu Senhor também quiser a nossa paz há de de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber:

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa do dia santo.

Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas.

Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem amariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha lancha de pescaria e canoas do alto e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana há-de ser de cinco mãos, e não de seis, e a das canas em cada feixe.

No barco há-de pôr quatro varas, um para o leme, e um no leme puxa muito por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e um em cima.

A medida de lenha há-de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadeira.

Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas há de pôr quatro madeiras e duas guindas e uma na carcanha.

Em cada uma caldeira há de haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia de sábado há de haver peja no Engenho.

Os marinheiros que andam de lancha além camisa de bata que se lhes dá, hão de deter Gibão de bata, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jaribu o iremos aproveitar por esta vez, e depois há-de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas para entre mangues.

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau sem darmos parte para isso.

A estar por todos os artigos acima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos para servirmos como dantes, porque não queremos seguir os maus costumes dos mais Engenhos.

Podemos brincar, folgar, e cantar todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença”. (REIS, SILVA, 1989, p.123,124)

O tratado elucida vários pontos acerca da vida dos escravos nas senzalas. As reivindicações vão, desde condições materiais de vida, da busca pelo lazer ao direito de professar sua própria crença religiosa. Procuravam limitar atividades que consideram

desagradáveis, destinando-as a outros escravos. No tratado não há menção a castigos físicos, evidenciando-se, assim, a diferenciação entre crioulos e africanos.

Os escravos de Santana pretendiam jogar a maior carga de trabalho para os “pretos minas”, escravos recém chegados da África; já que eram os crioulos, escravos nascidos no Brasil, que estavam organizando a revolta. A língua e a convivência com os senhores, colocavam os crioulos numa posição de melhor controle em relação aos recém chegados. É importante perceber como havia na negociação vários fatores de diferenciação entre os escravos.

Em relação a escrita desses escravizados é interessante observar que a maioria da população brasileira era iletrada e a rede pública de ensino rudimentar. Parte dos letrados da época possuía formação autodidata ou aprenderam a ler e escrever em espaços não escolares; para os escravos isso era ainda mais evidente, um letramento fora do ambiente escolar. Além disso, a condição de escravo sabendo ler e escrever, poderia levá-los a uma certa liberdade, perigosa aos olhos de seus proprietários. Mesmo não sendo leitores ou escritores, os negros sabiam em que situação deveriam usar os códigos escritos

No engenho de Santana, os escravos tinham a possibilidade de cultivo em suas próprias roças. Trabalhavam nas horas de descanso, em suas plantações. Segundo (SCHWARTZ, 1998), os escravos podiam vender seus produtos, até mesmo ao senhor do engenho, este comprava por um terço do valor. Essa possibilidade dos escravos terem suas próprias roças-, era um mecanismo de controle por parte do senhor, pois aumentava a produtividade, controlava os custos com alimentação e fixava melhor o escravo na senzala.

Os senhores perceberam que a melhor forma de aproveitar o trabalho dos escravizados era através de castigos e recompensas; dentro dessa dualidade estes encontraram a oportunidade de melhorar sua condição de vida

Conforme o documento, pediam as sextas feiras livres para se dedicarem a seus próprios trabalhos, com o direito de plantar arroz e cortar madeira, além de solicitar ao dono do engenho um barco para levar sua produção a Salvador, sem pagar taxa de envio. Podemos comparar essas reivindicações com as negociações trabalhistas modernas que, dentro do sistema escravista foram extremamente revolucionárias.

Em 1791, Manuel Silva finge aceitar as reivindicações dos escravos e promete alforriar seu líder Gregório Luís, porém, quando os escravos voltam ao trabalho, são presos e seus líderes vendidos para outras capitanias.

O documento demonstra o papel dos cativos como agentes históricos e atuantes dentro do processo da escravidão. Capazes de fazer reivindicações e exercer pressão dentro do sistema escravista, mesmo não representando um corpo homogêneo dentro dessa lógica. Os escravos traziam consigo toda sua história anterior ao cativo, sua língua, religião, além das rivalidades africanas - que não se apagavam em função do cativo.

Diante disso, não é correto generalizar a ideia de que a escravidão tornou os escravos todos iguais. As condições da escravidão os obrigava a buscar condições de sobrevivência, naturalmente ocorrendo disputas entre si. A relação entre os cativos se expressava mais numa visão de liberdade e conquistas dentro daquela sociedade do que numa relação de identidade étnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. *A Construção Social Da Cor: Diferença e Desigualdade na Formação da Sociedade Brasileira*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CAMPOS, Silva. *Crônicas da capitania de S. Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- FARIA, Sheila de Castro. "Identidade e comunidade escrava: um ensaio". In: *Tempo*, v. 11, n. 22, 2007.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOYSÉS, Sarita. Literatura e história. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 53-62, set./dez. 1995
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.